A violação do princípio da legalidade e da isonomia material em "O Processo", de Franz Kafka

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Ana Beatriz Rodrigues

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

O romance O Processo, de Franz Kafka, apresenta Josef K., surpreendido por um julgamento obscuro no qual jamais conhece a acusação. A narrativa revela um sistema que nega informações mínimas ao acusado e não assegura defesa, configurando arbitrariedade. Kafka critica a ausência de regras claras, publicidade e transparência, mostrando como o Direito pode se tornar opressão. A análise relaciona-se à legalidade, que exige atos estatais conforme normas prévias, e à isonomia material, que trata desigualmente os desiguais para garantir justiça. Rui Barbosa destacou que a igualdade consiste em “quinhar desigualmente os desiguais”, ideia oposta ao tratamento dado a Josef K., privado de equidade. Assim, a obra denuncia os riscos de um sistema que ignora princípios jurídicos, evidenciando que, sem legalidade e isonomia, o Direito perde sua essência protetiva e se converte em instrumento de arbitrariedade.

Objetivo

Analisar como o romance O Processo, de Franz Kafka, evidencia a violação do princípio da legalidade e da isonomia material, correlacionando a narrativa literária com conceitos da Introdução ao Estudo do Direito, com o objetivo de compreender criticamente a função do Direito como instrumento de proteção e justiça.

Material e Métodos

A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, tendo como principal fonte o romance O Processo, de Franz Kafka, analisado à luz da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. O estudo centra-se nos princípios da legalidade, que subordina os atos do Estado a normas claras e previamente estabelecidas, e da isonomia material, que busca tratar desigualmente os desiguais para alcançar justiça efetiva. O método consiste em relacionar trechos da obra com conceitos jurídicos, evidenciando como a narrativa kafkiana expõe a violação desses princípios no processo de Josef K. A análise é sustentada por autores como Kelsen, Reale e Rui Barbosa, além da Constituição de 1988, mostrando que a ausência de legalidade e equidade gera opressão. Assim, a pesquisa reforça a importância da transparência e da justiça equitativa, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre os riscos da arbitrariedade e a necessidade de efetivar tais princípios na prática.

Resultados e Discussão

O estudo do romance O Processo, de Franz Kafka, mostra como a literatura pode criticar o Direito. Josef K., um homem comum, é surpreendido por um processo no qual nunca conhece a acusação, não tem acesso a informações e não consegue se defender. A narrativa, marcada pela opacidade e arbitrariedade, viola o princípio da legalidade, que deveria subordinar os atos do Estado a normas claras. Sem ele, o processo se torna opressão. Outro ponto é a isonomia material: Josef K. enfrenta autoridades que concentram poder e informação, sem condições reais de igualdade, em contraste com a lição de Rui Barbosa. A obra evidencia que legalidade e isonomia não são abstrações, mas fundamentos do sistema jurídico. Kafka mostra que normas obscuras abrem espaço para o arbítrio, rompendo a harmonia entre fato, valor e norma destacada por Reale. Assim, a narrativa funciona como alerta contra sistemas que, ao negar tais princípios, transformam o Direito em instrumento de exclusão e não de justiça.

Conclusão

O estudo de O Processo demonstra que a violação dos princípios da legalidade e da isonomia material compromete a função do Direito como instrumento de proteção e justiça. A obra de Kafka serve como alerta sobre os riscos da arbitrariedade e evidencia a importância de compreender e aplicar os princípios jurídicos de forma crítica, garantindo equidade e transparência. A narrativa de Josef K. mostra que, sem normas claras e igualdade real, o processo deixa de proteger e se torna opressor.

Referências

BARBOSA, Rui. Oração aos Moços. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br
KAFKA, Franz. O Processo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
SANDEL, Michael. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.